

FSF
9/8/99
13
16

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Sustentabilidade no mundo global

EDUARDO MARTINS

A humanidade percebeu a necessidade de estabelecer limites ao desenvolvimento no final da década de 60, quando a chegada do homem à Lua permitiu enquadrar a Terra em um só fotograma. Ver de fora seu mundo fez o homem ter, pela primeira vez, a noção de que a Terra era limitada e única.

Teve início então o que podemos chamar de fase neomalthusiana: utilizando a base teórica que Thomas Malthus criou para explicar, no século 18, os limites para o crescimento populacional, a discussão evoluiu para o catastrofismo. Contribuíram para isso a possibilidade de fazer modelagens e previsões utilizando o recém-chegado computador e a grande expansão demográfica mundial.

Veio a Conferência de Estocolmo, e a discussão sobre os limites para o desenvolvimento num mundo até então dividido entre Leste e Oeste ganhou conotação política. A divisão passou a ser entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre Norte e Sul, expressa no conceito "Terceiro Mundo".

O catastrofismo não se confirmou. O crescimento populacional se reverteu, e o avanço tecnológico aumentou a oferta de alimentos e energia. Numa releitura, o receituário passou a incluir respeito aos limites sem impedir o desenvolvimento. A ONU criou, então, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a senha para a aceitação do modo capitalista e a chance de o Terceiro Mundo corrigir injustiças e ter suas necessidades atendidas: desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade ganhou corpo na Eco 92, para conciliar desenvolvimento com respeito ao ambiente. Ele é adotado para tudo e por todos. Tal adesão se deve à idéia de que ser sustentável é ser capaz de superar as possíveis crises de limites de uma natureza finita em face da produção capitalista; deve-se também ao reconhecimento da necessidade de não comprometer as condições de sobrevivência das gerações futuras. O conceito é tão difundido quando imponderável, pois sua prática pressupõe implementar parâmetros de equidade nos balanços entre Norte e Sul, entre necessidade humana e integridade da natureza.

O resultado desse processo foram acordos, convenções, tratados, instituições organizadas no âmbito de governos e no terceiro setor, num esforço de viabilizar a prática da sustentabilidade. Entretanto, sem a definição e a aceitação dos limites e sem meios para compensar os desequilíbrios, a construção institucional perde o sentido, e os indicadores mundiais continuam desanimadores.

As convenções não converteram o discurso em financiamento para compensações. A conta existe, mas não se



encontra quem esteja disposto a pagar por ela. Por exemplo, o World Wildlife Fund estima serem necessários US\$ 160 milhões para proteger 10% da Amazônia. Onde estão esses recursos? O maior fundo disponível, o Global Environmental Facilities (GEF), administrado pelo Banco Mundial, tem a promessa de receber US\$ 2 bilhões nos próximos três anos para atender todo o mundo e é alvo de críticos, que exigem consistência e agilidade.

Alguns mecanismos, frutos do Protocolo de Kyoto (primeiro instrumento com capacidade de criar fluxos de financiamento pelo Primeiro Mundo para apoiar o desenvolvimento sustentável do Terceiro Mundo), apresentam indícios de que países mais perdulários no consumo de energia não estão dispostos a cumprir as metas.

Há mais resultados visíveis na ação do setor privado e do terceiro setor. É pouco. A tentativa de lidar com limites esbarra nas ações de governos e da diplomacia mundial, e o saldo pode ser resumido no estabelecimento de novos valores e expectativas sociais.

Como esses valores vão conviver com o aparato institucional? Há quem acredite que a imposição de limites não é necessária porque a ciência, vista pelos otimistas como deusa pós-malthusiana, será capaz de resolver o pro-

blema. A verdade é que o ambientalismo contribuiu para a construção da globalização, mas não impôs à hegemonia capitalista os seus custos.

Dessa forma, continuam válidas as questões: os recursos ambientais disponíveis atendem às necessidades básicas da população mundial? A ciência reconhecerá os limites da ruptura ambiental ou se perderá em incertezas? Os mecanismos que são frutos de acordos internacionais promoverão a real cooperação entre desenvolvidos e não-desenvolvidos ou acabarão em nova internacional burocrática?

Para responder a elas, vale considerar as maiores restrições à prática da sustentabilidade. A primeira consiste em que a preocupação com o futuro não tem sido suficiente para mudar o presente, relegando a prática da sustentabilidade à retórica. A segunda reside na incapacidade, até o momento, de os valores da sustentabilidade alterarem o modo de produção capitalista, que passou a assumir dimensões gigantescas com a globalização.

Apesar de todo o aparato instrumental da humanidade, a única certeza hoje é que, para lidar com os limites que a natureza impõe e as diferenças econômicas, necessitaremos identificar e construir uma nova ética, baseada na cooperação e na solidariedade.

Eduardo Martins, 42, biólogo e consultor ambiental, é pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB (Universidade de Brasília). Foi presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

A preocupação com o futuro não tem sido suficiente para mudar o presente